

**Analista do Seguro Social/INSS/CESPE/2016**

15. Considerando-se a CF, é correto afirmar que, no cálculo do benefício previdenciário de um servidor do INSS que esteja licenciado do cargo para exercer mandato de deputado federal, os valores serão determinados como se ele estivesse no exercício do cargo na referida autarquia.

*Aula 11*

*Para constar, será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a **manutenção** da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais.*

**Certo.**

17. Sobre a receita de loterias, apostas e sorteio de números incidirá contribuição social destinada a financiar a seguridade social.

*Aula 03*

*Esse é o concurso mais fácil de fazer e o mais difícil de passar! RS! Mas afinal, qual a definição legal de Concurso de Prognóstico?*

*Consideram-se concurso de prognósticos todo e qualquer concurso de sorteio de números ou quaisquer outros símbolos, loterias e apostas de qualquer natureza no âmbito federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, promovidos por órgãos do Poder Público ou por sociedades comerciais ou civis.*

*A legislação define que a renda líquida dos concursos de prognósticos, **exceto** os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo, são **receitas da Seguridade Social**.*

*E como são constituídas essas receitas? Através de 3 contribuições distintas:*

*a) **100,0%** da Renda Líquida dos concursos de prognósticos realizados pelos órgãos do Poder Público. Sendo que esse valor*

é destinado à Seguridade Social da respectiva esfera de governo (federal, estadual, distrital ou municipal). E o que vem a ser Renda Líquida? É o total da arrecadação, **deduzidos** os valores destinados ao pagamento de **prêmios**, de **impostos** e de **despesas com administração**;

b) **5,0%** sobre o movimento global de apostas em **prado de corridas**, sendo que esse movimento equivale ao total das importâncias relativas às várias modalidades de jogos, inclusive o de acumulada, apregoadas para o público no prado de corrida, subsede ou outra dependência da entidade, e;

c) **5,0%** sobre o movimento global de **sorteio de números ou de quaisquer modalidades de símbolos**, sendo que esse movimento equivale ao total da receita bruta, apurada com a venda de cartelas, cartões ou quaisquer outras modalidades, para sorteio realizado em qualquer condição. (Exemplos: Tele-Sena; antigo Papa-tudo; Bingo da Sorte, entre outros Brasil a fora!)

### **Certo.**

- Ana, servidora aposentada por RPPS, recebe R\$ 6.500,00 de aposentadoria.
- Bruno, portador de doença incapacitante devidamente comprovada por perícia médica, é pensionista da União e percebe um benefício de R\$ 10.000,00.
- Caio aposentou-se recentemente pelo RGPS e recebe o teto do salário de benefício.

Com relação a essas situações hipotéticas, e considerando que o teto do salário de benefício corresponda a R\$ 5.189,82, julgue os itens que se seguem com base na CF.

19. Empregado aposentado pelo RGPS, Caio deve, assim como os servidores públicos inativos, contribuir para o custeio da seguridade social.

### *Aula 03*

*No RGPS, o aposentado não paga contribuição previdenciária sobre o benefício recebido. Entretanto, nos RPPSs, o servidor aposentado contribui sobre o valor que ficar acima do teto do RGPS.*

**Errado.**

20. Bruno não precisa contribuir com a previdência, pois portadores de doença incapacitante comprovada por perícia médica contribuem apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

*Aula 11*

No caso do portador de doença incapacitante, a contribuição incide sobre a parcela que **exceder ao dobro** do valor do teto do RGPS, da seguinte forma:

Remuneração:	R\$ 12.000,00
<b>(-) 2 x Teto do RGPS:</b>	<b>R\$ 10.379,64</b>
<b>Parcela Excedente:</b>	<b>R\$ 1.620,36</b>
<b>(x) Alíquota</b>	<b>11%</b>
<b>Contribuição Previdenciária:</b>	<b>R\$ 178,24</b>

**Certo.**

21. De acordo com a CF, incide contribuição previdenciária de 11% sobre o valor total da aposentadoria de Ana, pois seus proventos superam o teto do salário de benefício.

*Aula 11*

A contribuição previdenciária do servidor aposentado (**inativo**) e do pensionista é o um percentual sobre a parcela que **exceder** o valor do teto do RGPS. Imagine o seguinte exemplo:

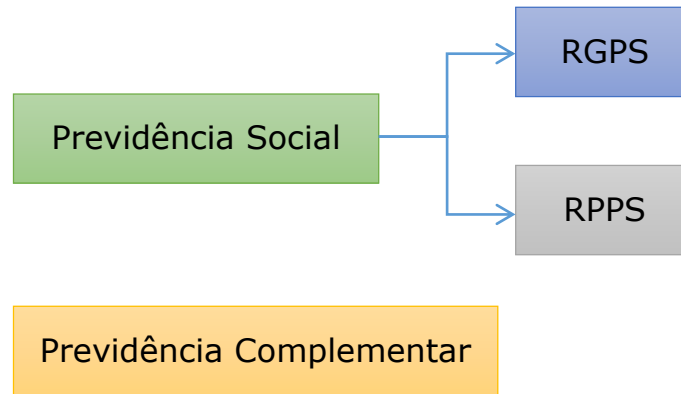
Remuneração:	R\$ 12.000,00
<b>(-) Teto do RGPS:</b>	<b>R\$ 5.189,82</b>
<b>Parcela Excedente:</b>	<b>R\$ 6.810,18</b>
<b>(x) Alíquota</b>	<b>11%</b>
<b>Contribuição Previdenciária:</b>	<b>R\$ 749,12</b>

**Errado.**

28. O RGPS constitui um gênero do qual são espécies a previdência dos servidores públicos, a dos trabalhadores empregados da iniciativa privada e a dos trabalhadores autônomos.

*Aula 02*

*Enunciado completamente confuso! A Previdência Social é composta de dois regimes: RGPS e RPPS.*



**Errado.**

29. O RGPS tem como princípio a universalidade de cobertura, o que significa que os segurados vinculados a esse regime e seus dependentes têm direito aos mesmos benefícios e serviços.

*Aula 02*

*O enunciado traz a descrição do princípio legal da Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (UEBS).*

*Por sua vez, o princípio da Universalidade da Cobertura é ligado à Seguridade Social e não à Previdência Social!*

<b><i>Princípios da <u>Previdência Social</u> (Legislação Previdenciária):</i></b>	<b><i>Princípios Constitucionais da <u>Seguridade Social</u>:</i></b>
<i>1. Universalidade de participação nos planos previdenciários (UPPP).</i>	<i>1. Universalidade da cobertura e do atendimento (UCA).</i>
<i>2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (UEBS).</i>	<i>2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (UEBS).</i>

3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios ( <b>SDBS</b> ).	3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços ( <b>SDBS</b> ).
4. Cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição corrigidos monetariamente ( <b>BSCC</b> ).	4. Equidade na forma de participação no custeio ( <b>EFPC</b> ).
5. Irredutibilidade do valor dos benefícios, de forma a preservar-lhe o poder aquisitivo ( <b>IRRVB</b> ).	5. Irredutibilidade do valor dos benefícios ( <b>IRRVB</b> ).
6. Valor da Renda Mensal dos Benefícios substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo ( <b>RMBSM</b> ).	6. Diversidade da base de financiamento ( <b>DBF</b> ).
7. Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados ( <b>DDQ</b> ).	7. Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados ( <b>DDQ</b> ).

**Errado.**

30. A contribuição do segurado empregado e a do trabalhador doméstico recaem sobre o valor dos seus salários de contribuição, até um teto máximo fixado por lei.

**Aula 03**

*Exatamente! A remuneração auferida deve ser tributada pela contribuição previdenciária, mas somente até o teto! O valor que passar deste teto, não será tributada.*

**Certo.**

Roberto, empregado na empresa Silva & Silva Ltda. há mais de um ano e oito meses, da qual recebe salário mensal equivalente a um salário mínimo, deverá afastar-se do trabalho por quatro meses em função de um problema cardíaco atestado em perícia do INSS.

Nessa situação hipotética,

31. caso, após seu afastamento do trabalho, Roberto não recupere a saúde, e se comprove a sua incapacidade absoluta para o trabalho, o INSS poderá conceder-lhe aposentadoria por invalidez.

*Aula 08*

*Esse benefício por incapacidade será devido quando realmente o segurado não apresentar condição alguma de permanecer no mercado de trabalho.*

*A concessão desse tipo de aposentadoria dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante **exame médico-pericial** a cargo da previdência social.*

*Em regra, a verificação clínica da incapacidade laboral é realizada por um Perito Médico Previdenciário, servidor público federal. No entanto, o segurado poderá custear um médico particular de sua confiança para acompanhar a perícia. Essa perícia se faz necessária para evitar fraudes por parte de alguns segurados que tentam "se encostar no INSS" a qualquer custo.*

**Certo.**

32. durante o período de quatro meses de afastamento, Roberto fará jus ao recebimento de auxílio acidente.

*Aula 08*

*Quando o trabalhador fica afastado do seu trabalho de forma temporária, estamos diante do auxílio doença e não do auxílio acidente! =)*

**Errado.**

33. Raimunda, segurada da previdência social, conviveu em regime de união estável com Cláudio por doze anos, até falecer. Raimunda não inscreveu Cláudio como seu dependente previdenciário. Nessa situação, caso o INSS exija prova da união estável para a concessão de benefício, Cláudio poderá utilizar-se da justificativa administrativa.

*Aula 08*

Na **falta de documento contemporâneo** podem ser aceitos declaração do empregador ou seu preposto, atestado de empresa ainda existente, certificado ou certidão de entidade oficial, desde que extraídos de registros efetivamente existentes e acessíveis à verificação por parte do INSS.

Se o documento apresentado pelo segurado não for suficiente para comprovar o tempo de contribuição, a prova exigida pode ser complementada por outros documentos que levem à convicção do fato a comprovar, inclusive mediante **Justificação Judiciária (JJ) ou Justificação Administrativa (JA)**.

A comprovação de Tempo de Contribuição por meio de JA ou JJ só produzirá efeito perante o INSS (gestor da Previdência Social) quando for instruída com no mínimo o início de prova material. O concursado não deve confundir prova material com prova documental, observe:

- ✓ A prova documental consiste, basicamente, em documentos escritos (públicos ou particulares), e;
- ✓ A prova material, por sua vez, é composta de exames, vistorias e perícias realizadas sobre o fato a ser comprovado.

Quanto ao tema provas, a legislação ainda traz que a prova material tem caráter intransferível, ou seja, somente pode ser utilizada pela pessoa envolvida no processo de comprovação, não podendo ser aproveitada por terceiros.

Para concluir o tópico, é importante ressaltar que **não será admitida prova exclusivamente testemunhal** para efeito de comprovação de tempo de serviço ou de contribuição, **salvo** na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito. Essa é a regra!

Por fim, devo lembrar que **força maior** é todo fato que pode ser previsto, porém inevitável ao homem, como por exemplo, os fenômenos naturais (tempestades, furacões, etc.). Por sua vez, o **caso fortuito** é todo fato imprevisível e, por isso, inevitável.

**Certo.**

34. Flávia contribuiu para o RGPS durante seis anos, após os quais deixou de contribuir e perdeu a qualidade de segurada. Nessa situação, caso volte

a contribuir para o RGPS, Flávia não poderá computar esses seis anos para efeito de aposentadoria por tempo de contribuição.

### Aula 07

*No caso da perda da qualidade do segurado, observe o disposto na legislação previdenciária:*

Havendo **perda da qualidade de segurado**, as contribuições anteriores a essa perda somente serão computadas para **efeito de carência (PC)** depois que o segurado contar, a partir da nova filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com, no **mínimo, 1/3 (33%)** do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida, pela legislação previdenciária, para o benefício.



*O Regulamento da Previdência Social prevê expressamente, que expirando o Período de Graça (**PG**), o segurado perde a sua qualidade de segurado do RGPS.*

*As contribuições pagas anteriormente à perda dessa qualidade somente serão computadas para Período de Carência (**PC**) do benefício quando o segurado se filiar novamente ao RGPS e contribuir com no mínimo 1/3 (33%) das contribuições exigidas como carência para o benefício requerido.*

*Vamos ao exemplo: Imagine que Hermano, engenheiro mecânico autônomo (inscrito e filiado regularmente como contribuinte individual), possua 47 contribuições mensais sem atraso desde sua filiação.*

*Certo dia, por problemas pessoais financeiros, Hermano deixa de contribuir para o RGPS por mais de 12 meses, perdendo assim sua qualidade de segurado.*



*Passado o período de crise, ele retoma novamente suas contribuições ao RGPS, necessitando no mês seguinte gozar do benefício Auxílio Doença. Esse benefício exige um Período de Carência de 12 contribuições mensais, ou seja, 12 contribuições sem atrasos, pagas em dia.*

*No entanto, mesmo já contando com 47 contribuições pagas (sem atraso), o engenheiro mecânico deverá contribuir, após a nova filiação, com no mínimo 4 contribuições mensais (1/3 x 12 contribuições exigidas pelo Auxílio Doença), para contar com o período anterior à perda da qualidade de segurado (47 contribuições) e poder, finalmente, gozar do benefício Auxílio Doença.*

**Errado.**

Julgue o item abaixo à luz da Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e do Decreto n.º 6.214/2007, que regulamenta o BPC da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso.

35. Caso uma pessoa com deficiência que receba BPC passe a exercer atividade remunerada na qualidade de microempreendedor individual, o órgão concedente desse benefício deverá suspendê-lo.

*Aula de Assistência Social*

*O benefício de prestação continuada será suspenso pelo órgão concedente quando a pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual.*

**Certo.**